

PÓS-ELEIÇÕES

Economia - Brasil

Para crescer, vencedor terá dois caminhos

Cortar gastos do governo ou juros, abrindo espaço para novos investimentos públicos

LILIANA LAVORATTI
SÃO PAULO

As questões dos gastos públicos e do tamanho do Estado no Brasil — tangenciadas pelas privatizações — ocuparam a agenda do debate eleitoral nas últimas semanas. Por trás dessa discussão está um aspecto crucial de política econômica — se o motor do tão desejado crescimento sustentável acontecerá por meio do aumento dos investimentos públicos — com recursos obtidos pelo corte nas demais despesas governamentais, os chamados gastos correntes, inclusive programas sociais — ou resultará da queda mais acelerada da taxa Selic, que reduz a conta de juros paga pelo Tesouro Nacional pelo refinanciamento da dívida pública. Ou das duas coisas juntas. No fundo, são visões diferentes e com implicações diretas de ganhos e perdas entre os diversos segmentos econômicos e sociais.

Uma segunda razão para essa preocupação envolve as previsões para os indicadores da saúde das finanças públicas. Elas sinalizam melhora de tal ordem que despertam o receio de uma certa complacência dos governantes com o equilíbrio fiscal a partir de 2007. Seja Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reeleito — as últimas pesquisas de intenção de votos indicam 20 pontos porcen-

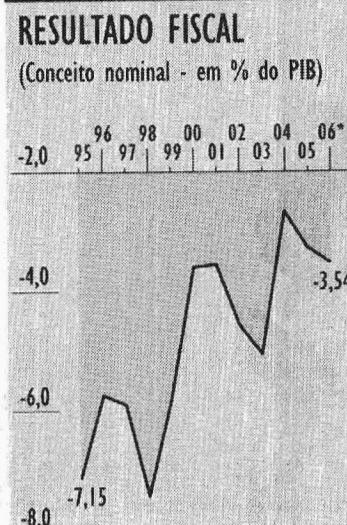
tuais de vantagem para o presidente-candidato — ou Geraldo Alckmin (PSDB) o escolhido nas urnas neste domingo para governar o País.

“Em 2010, o déficit nominal estará tranquilamente perto de zero. E se os números fiscais estão melhorando tanto, por que cortar despesas?”, suspeita o economista-chefe do Banco Bradesco, Octávio de Barros. Segundo ele, é essa aposta sobre a evolução das contas públicas que suscita no mercado o temor de benevolência do próximo governo no que diz respeito aos gastos públicos primários — salário do funcionalismo público, funcionamento da máquina, programas sociais, benefícios assistenciais e previdenciários.

O resultado nominal das contas públicas é a relação entre despesas e receitas, incluindo o pagamento dos juros da dívida da União, estados, municípios e estatais. Apesar de os gastos primários estejam abaixo das receitas, a conta de juros da dívida é tamanha — 8% do PIB — que resulta em déficit nominal de 3,5% do PIB.

A perspectiva de eliminação desse déficit nominal leva em conta a manutenção do superávit primário ao redor de 4,25% do PIB; inflação média de 4% ao ano e taxa nominal de juros caindo dois pontos percentuais ao ano a partir de 2007 sobre os atuais 13,75% anuais. Esse cenário conservador prevê um modesto crescimento do PIB — de 3,5% ao ano.

Com a Selic menor, o governo pagará menos juros sobre os títulos da dívida que o Tesouro Nacional vende aos bancos para cobrir o rombo nas contas.



Fontes: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil
* 12 meses até agosto

Outro benefício seria o aumento da arrecadação, em decorrência do incremento do PIB. Nessas condições, no final de 2009 o resultado nominal seria superavitário em 0,8% do PIB ou no mínimo zerado, enfatiza o especialista em finanças públicas Amir Khair. Mais importante: a dívida pública cairia dos atuais 50,3% do PIB para 35,4% do PIB. A relação entre a dívida pública e o PIB demonstra a capacidade de um País honrar os compromissos com os financiadores do déficit público — resgatando os papéis em posse do mercado — ou o risco de calote.

Hoje, a conta de juros paga pelo Tesouro Nacional está em 8% do PIB (R\$ 160 bilhões) ao ano. O impacto da Selic nos gastos do governo federal com os juros da dívida pública é direto. O Tesouro economizaria R\$ 64 bilhões ao ano se a Selic caísse 40% — passando dos atuais 10% em termos reais (desconta-

da a inflação) para 6% ao ano —, argumenta o assessor econômico da campanha da reeleição e professor da PUC de São Paulo, Antonio Prado.

“É dinheiro que poderá ir direto para investimentos em infra-estrutura física e social, o que já está sendo feito com a política gradual de redução da Selic”, acrescenta Prado. Somente com a decisão da semana passada, quando cortou 0,5 ponto percentual da Selic, o Banco Central determinou uma economia de R\$ 5 bilhões na conta de juros.

Também ajudará a eliminar o déficit nominal a manutenção do superávit primário, a economia de recursos feita pelos governos nos últimos doze anos justamente para abater parte da monstruosa conta de juros decorrente da elevada taxa Selic. No entanto, esse esforço dos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do governo Lula, em segurar gastos para abater juros da dívida pública, foi insuficiente. “Enquanto o superávit primário considerado de boa proporção ficou em 4,25% do PIB ao ano, a conta de juros nunca foi menor que o dobro disso, ao redor de 8% do PIB”, lembra Prado. Daí a existência do déficit nominal.

“A grande distorção das contas públicas no Brasil não são as despesas do governo federal, mas sim a conta de juros”, afirma Khair, que está do lado oposto dos chamados fiscalistas — aqueles que colocam o corte na Selic como a última coisa a ser feita, somente depois da redução dos gastos e das reformas da Previdência, tributária, trabalhista, política. Neste grupo se inclui, além de



Barros: mercado teme benevolência com gastos públicos

Nakano, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. “O que existe de diferente entre o Brasil, que tem uma Selic em 13,75% ao ano, e outros 27 países emergentes, que trabalham com juros básicos de 6,5% ao ano?”, questiona Khair.

É ele mesmo quem explica: “O Banco Central brasileiro tem a Selic alta como principal instrumento de controle da inflação. Mas já está claro que não é isto que controla a inflação, mas sim o câmbio a R\$ 2,10, por sua vez comandado pelo aumento das exportações”. Isso porque, no raciocínio de Amir, que foi secretário de Finanças no governo de Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo, as exportações em alta geram os dólares necessários para que o País importe, segurando os preços internos, sem gerar déficit nas contas correntes e prejudicar as reservas cambiais, como ocorria no governo FHC. Segundo Khair, o BC pode reduzir “bem” a Selic e mesmo assim o Brasil continuará sendo bastante atrativo para o capital estrangeiro aplicar aqui.

“O câmbio não vai subir nem os dólares sairão do País com uma Selic menor”, prevê.

Já o economista-chefe do maior banco privado brasileiro destaca que “nenhum dos dois candidatos têm noção do impacto espetacular” junto aos investidores externos de um compromisso assumido antes de 29 de outubro visando impedir que os gastos públicos cresçam abaixo do incremento do PIB no longo prazo. “Sinais críveis e consistentes neste sentido, bem como a demonstração de boa vontade dos partidos em costurar um entendimento pós-eleções em torno de um maior equilíbrio fiscal a partir de 2007 seriam muito pró-ambiente de negócios”, argumenta.

Segundo Octávio de Barros, o empresariado vai forçar os políticos a “baixar a bola” depois das eleições — “a conciliação é uma tradição no Brasil”, destaca — e trabalhar na busca da melhoria do lado da oferta. E isso necessariamente passa pela redução da carga tributária, que

por sua vez depende da contenção das despesas públicas e do tamanho menor do Estado brasileiro. Ainda de acordo com o economista, os estrangeiros “estão salivando” de tanta vontade de investir em infra-estrutura no Brasil, porém falta um estímulo no ambiente de negócios, com uma carga tributária menor, a diminuição do custo de capital e maior previsibilidade na agenda microeconômica.

Um alívio na carga tributária neste momento ganha maior dimensão porque não se vislumbra no cenário do médio e curto prazo uma mudança no câmbio. “A carga tributária dói mais hoje porque, ao contrário do passado, quando o câmbio depreciado funcionava como um cala boca, não é mais possível recompor as margens de lucro em cima do câmbio”, explica o economista do Bradesco. Uma forma de atenuar essas dores sentidas por vários setores da economia brasileira afetados pelo real valorizado é aperfeiçoando o lado da oferta. “O grande desafio é focar no lado da oferta para o Banco Central perder o medo de baixar os juros sem risco da inflação voltar”, sublinha Barros. Ao

contrário da voz corrente no setor produtivo, que clama pela queda urgente dos juros como mola propulsora do crescimento, Barros defende o caminho contrário: “O Brasil tem de crescer para reduzir os juros”.

Os apoiadores do governo Lula acreditam que o carro-chefe para resolver o problema do buraco nas finanças públicas é a redução da Selic, mesmo remédio para acelerar o crescimento econômico, embora não excluam a retomada da reforma tributária e aperfeiçoamento na gestão. “A reforma da Previdência só vai gerar economia de recursos públicos daqui a quinze anos. Não há possibilidade de cortar direitos adquiridos. O caminho mais curto para fazer do governo um protagonista do desenvolvimento é baixar a Selic e gerir com mais eficiência os tributos cobrados da sociedade”, argumenta Khair.